

Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica
Departamento de Gestão Estratégica

Metas Nacionais do Poder Judiciário

2021

Glossários e Esclarecimentos

Tribunal Superior do Trabalho e

Tribunais Regionais do Trabalho

Sumário

Sumário	2
Introdução e Orientações Gerais	3
Controle de Versões	5
Meta 1 de 2021 – Julgar mais processos que os distribuídos	6
Meta 2 de 2021 – Julgar processos mais antigos	10
Meta 3 de 2021 – Estimular a conciliação	15
Meta 5 de 2021 – Reduzir a Taxa de Congestionamento.....	17
Meta 6 de 2021 – Priorizar o julgamento das ações coletivas	19
Meta 7 de 2021 – Priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos	23
Meta 9 de 2021 – Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário.....	27
Meta 10 de 2021 – Saúde de magistrados e servidores.....	30
Meta 11 de 2021 – Aumentar a tramitação dos processos de forma eletrônica.....	33

Introdução e Orientações Gerais

O presente documento tem por finalidade orientar os tribunais brasileiros para acompanhamento, monitoramento e execução das Metas Nacionais de 2021, aprovadas pelos respectivos presidentes no XIV Encontro Nacional do Poder Judiciário, nos dias 26 e 27 de novembro de 2020, de forma virtual.

O glossário de metas nacionais também se destina a estabelecer instruções e critérios para subsidiar os tribunais na coleta de dados e posterior lançamento no Sistema de Metas Nacionais, com vistas a possibilitar ao CNJ o acompanhamento, aferição de cumprimento e geração de relatórios estatísticos.

No ano de 2018, o Conselho Nacional de Justiça iniciou a parametrização da metodologia para aferição e acompanhamento das Metas Nacionais do Poder Judiciário com as variáveis estatísticas estabelecidas na Resolução CNJ nº 76/2009, as quais servem de base para a elaboração do Relatório Justiça em Números.

Para essa finalidade, iniciou-se teste-piloto com as metas processuais da Justiça Estadual. Em 2019, em continuidade ao processo de parametrização, buscou-se contemplar as metas processuais dos demais segmentos de justiça, quando possível e com adaptações, em razão das peculiaridades de cada meta e segmento de justiça. Nesse sentido, é importante observar que a parametrização não é absoluta, pois trata-se de uma aproximação entre as metodologias, já que são distintas e inconfundíveis as finalidades das Metas Nacionais (gestão) e do Justiça em Números (diagnóstico).

Conforme preconiza a Resolução CNJ nº 325/2020: “ Os dados relativos às Metas Nacionais de natureza processual serão extraídos da Base Nacional de Dados Processuais do Poder Judiciário – Datajud”. Entretanto, tendo em vista o processo de saneamento dos dados do Datajud, o Sistema de Metas ainda será a forma utilizada em 2021.

Os questionários das Metas de 2021 poderão ser acessados por meio do Sistema de Metas Nacionais, link [http://www.cnj.jus.br/corporativo_informando_usuario_\(CPF\)_e_senha_fornecida_pelo_CNJ.No_mesmo_endereco_eletronico,os_tribunais_poderao_sanar_duvidas_e_solicitar_esclarecimentos_sobre_o_Glossario,mediante_o_cadastro_de_chamados,selecionando_a_aba_“Metas_Nacionais_do_Poder_Judiciario”](http://www.cnj.jus.br/corporativo_informando_usuario_(CPF)_e_senha_fornecida_pelo_CNJ.No_mesmo_endereco_eletronico,os_tribunais_poderao_sanar_duvidas_e_solicitar_esclarecimentos_sobre_o_Glossario,mediante_o_cadastro_de_chamados,selecionando_a_aba_“Metas_Nacionais_do_Poder_Judiciario”). Além disso, os tribunais também podem contatar o CNJ para tratar das Metas Nacionais através do endereço monitoramento.metas@cnj.jus.br.

Os dados deverão ser lançados pelos tribunais do dia 1º ao 18º dia útil do mês seguinte ao de referência. A data limite será observada para efeito de consolidação dos dados, levantamentos estatísticos e composição de relatórios a serem divulgados no portal do CNJ.

Os movimentos, assuntos e classes processuais referidos neste Glossário encontram-se em http://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_classes.php.

Especial atenção deve ser dispensada às Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário^[1], porque, para fins de levantamento de quantitativos a serem lançados no Sistema

[1] As tabelas Processuais Unificadas foram instituídas pela Res. 46/2007 e sua adoção obrigatória teve início em setembro/2008.

de Metas, os tribunais deverão considerá-las, especialmente quanto às classes processuais, assuntos e movimentos contemplados pelas metas, bem como das orientações de aplicação de cada classe ou movimento. Quanto a eventuais movimentos processuais inexistentes nas Tabelas Processuais Unificadas/TPU, sugere-se aos tribunais observar o disposto no §3º do artigo 5º da Resolução CNJ n. 46/2007, que versa sobre a possibilidade de complementar a tabela de movimentos, atendidos os requisitos ali dispostos.

Por fim, recomenda-se aos tribunais acompanhar a atualização da tabela “Proposta de Parametrização” e os Anexos da Resolução CNJ nº 76/2009, disponíveis no portal do CNJ, uma vez que poderão impactar a coleta de dados para lançamento no Sistema de Metas.

Por esse motivo, por exemplo, classes novas criadas nas Tabelas Processuais Unificadas/TPU somente serão contabilizadas nas metas a partir do momento em que constarem nas variáveis da tabela “Proposta de Parametrização” do Justiça em Números.

Controle de Versões

Versão	Data	Revisão
1	08/03/2021	Primeira Versão
2	18/03/2021	<ul style="list-style-type: none">Inclusão dos movimentos 982 e 123 (Remessa) e seus complementos 90, 194 e 38 nas perguntas de saída das Metas 2, 6 e 7.
3	25/03/2021	<ul style="list-style-type: none">Retirada do movimento 11373 (anulação de sentença/acordão) das perguntas de saída das metas 1, 2, 6 e 7, pois foi acrescentado de forma errônea, ocasionando dupla contagem.Alteração na fórmula de cálculo da Meta 3.

Meta 1 de 2021 – Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

Questionário

Id.	Perguntas	Segmento
P1.1	Número total de casos novos de conhecimento não criminais distribuídos no mês de referência.	TST e TRTs
P1.3	Número total de casos de conhecimento não criminais até então não julgados na instância que, no mês de referência, receberam primeiro ou único julgamento.	TST e TRTs
P1.5	Número total de casos de conhecimento não criminais distribuídos no exercício de 2021 e que no mês de referência saíram da meta por cancelamento da distribuição ou remessa para outro tribunal ou jurisdição ou deixaram de se enquadrar nos critérios da meta.	TST e TRTs
P1.7	Número total de casos de conhecimento não criminais que no mês de referência entraram na meta por saírem de suspensão, sobrestamento, arquivamento provisório ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta.	TST e TRTs
P1.9	Número total de casos de conhecimento não criminais informados em P1.1 e/ou P1.7 que no mês de referência saíram da meta por entrarem em suspensão, sobrestamento ou em arquivamento provisório.	TST e TRTs

Observação: As perguntas devem ser respondidas em separado para o 1º grau e para o 2º grau.

Critério de Cumprimento

A meta estará cumprida se, ao final do ano:

- O percentual de cumprimento for igual ou maior que 100%; ou
- O percentual de cumprimento for inferior a 100%, mas o indicador Taxa de Congestionamento Líquida na Fase de Conhecimento do Justiça em Números, em 2021, for menor que 25%.

Fórmula de cálculo

Percentual de cumprimento = $((\sum P1.3) / (\sum P1.1 + 1 - \sum P1.5 + \sum P1.7 - \sum P1.9)) \times 100$.

Esclarecimento da Meta

A meta 1 será monitorada com base em definições e parametrizações de acordo com a Resolução CNJ nº 76/2009, levando-se em conta as observações a seguir.

As expressões “caso (s)” e “processo(s)” são sinônimas, conforme a terminologia utilizada no Justiça em Números.

Para efeitos desta meta, por julgamento deve ser entendida a primeira sentença/decisão contida nas variáveis “Sent” e “Dec”. Se houver mais de uma, contabilizar apenas a primeira.

Em caso de processo com sentença ou acórdão anulados em 2021, o respectivo quantitativo deverá ser informado na pergunta P1.7, passando a se enquadrar novamente nos critérios da meta. Quando ocorrer novo julgamento, o respectivo quantitativo deverá ser informado na pergunta P1.3.

Para cumprir a meta, os tribunais não precisam julgar exclusivamente os processos distribuídos no ano de medição, ou seja, podem julgar inclusive os casos distribuídos em anos anteriores.

Processos pendentes de julgamento em 31/12/2020 cujas classes processuais hajam sido extintas pelo novo Código de Processo Civil ou em virtude de qualquer outra alteração legislativa são contabilizadas na meta até a respectiva solução.

Devem ser incluídos os dados de julgamentos realizados em 2021 de processos distribuídos em anos anteriores, inclusive processos das Metas Nacionais 2, 6 e 7.

Regras de Lançamento no Sistema de Metas

P1.1 – os processos físicos e eletrônicos compreendidos no período de referência da meta para cada instância e contidos nas seguintes variáveis do Justiça em Números:

1º grau

- CnC1º – Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau

2º grau

- CnO2º – Casos Novos Originários de 2º Grau
- CnR2º – Casos Novos Recursais de 2º Grau

Tribunal Superior do Trabalho

- CnO – Casos Novos Originários
- CnR – Casos Novos Recursais

P1.3 – os processos físicos e eletrônicos compreendidos no período de referência da meta para cada instância e contidos nas seguintes variáveis do Justiça em Números. Se houver mais de uma Sentença/Decisão, contabilizar apenas a primeira.

1º grau

- SentC1º – Sentenças de Conhecimento no 1º grau

2º grau

- Dec2º – Decisões terminativas de processo no 2º grau

Tribunal Superior do Trabalho

- Dec – Decisões terminativas de processo

Observação: Para as classes processuais cujos movimentos de solução não estão contidos sob o código 193 (Julgamento) das tabelas processuais, devem-se utilizar os movimentos contidos nos ramos sob o código 3 (Decisão).

P1.5 – Em todas as instâncias, os processos que receberam a movimentação 488 (cancelamento de distribuição) ou as movimentações 982 ou 123 (Remessa) com os complementos 90 (declaração de competência para órgão vinculado a Tribunal diferente), 194 (na instância superior) e 38 (em grau de recurso) e os processos que de outra forma deixaram de se enquadrar nos critérios da meta, por exemplo, a ocorrência da movimentação 10966 (mudança de classe processual) em processo cuja classe originária se enquadrava na meta.

P1.7 - Em todas as instâncias, os processos que receberam as movimentações 12067 ou 12068 (Levantamento da Suspensão ou Dessobrestamento), 11002 (Revogação da Suspensão do Processo), 12066 (Cumprimento de Levantamento da Suspensão ou Dessobrestamento) ou 893 (Desarquivamento) ou que de outra forma passaram a se enquadrar nos critérios da meta, por exemplo, a ocorrência da movimentação 10966 (mudança de classe processual) em processo cuja classe originária não se enquadrava na meta e 11373 (anulação de sentença/acórdão).

P1.9 – Em todas as instâncias, os processos informados em P1.1 e P1.7 que receberam as movimentações das hierarquias 11025 (Suspensão ou Sobrestamento), 25 (Suspensão ou Sobrestamento) - inclusive o movimento 898 - ou 245 (Arquivamento provisório).

Meta 2 de 2021 – Julgar processos mais antigos

- **TST: Identificar e julgar, até 31/12/2021, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2017, e pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2018.**
- **Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho: Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019 nos 1º e 2º graus.**

Questionário

Id.	Perguntas	Per.	Segmento
P2.1	Número total de casos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2020 , excluídos os que se encontravam suspensos, sobrestados ou em arquivamento provisório em 31/12/2020.	Única	TST e TRTs
P2.4	Número total de casos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2020 que entraram na meta por saírem de situação de suspensão, sobrestamento, arquivamento provisório ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência.	Mensal	TST e TRTs
P2.7	Número total de casos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2020 que saíram da meta por suspensão, sobrestamento, arquivamento provisório ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência.	Mensal	TST e TRTs
P2.10	Número total de casos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2020 que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez.	Mensal	TST e TRTs
P2.13	Número total de casos de conhecimento não-criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados no PERÍODO DE REFERÊNCIA* que foram julgados pela primeira ou única vez até 31/12/2020.	Única	TST e TRTs

Segmento	*Processos Distribuídos no Período de Referência	Julgar pelo menos
TST	Até 31/12/2017	100%
TST	Até 31/12/2018	90%
TRTs (1º e 2º graus)	Até 31/12/2019	93%

Critério de Cumprimento

A meta estará cumprida quando o grau de cumprimento for igual ou superior a 100% nas instâncias e nos períodos de referência.

Fórmula de cálculo

Percentual de cumprimento da meta = $((\sum P2.10 + P2.13) / (P2.1 + P2.13 + \sum P2.4 - \sum P2.7)) \times (1000/k)$,

Onde:

K = 10 para o período de referência “Até 31/12/2017”

K = 9 para o período de referência “Até 31/12/2018”

K = 9,3 para os períodos de referência “Até 31/12/2019”.

Esclarecimento da Meta

A meta 2 será monitorada com base em definições e parametrizações de acordo com a Resolução CNJ nº 76/2009, levando-se em conta as observações a seguir.

As expressões “caso (s)” e “processo (s)” são sinônimas, conforme a terminologia utilizada no Justiça em Números.

Para efeitos desta meta, por julgamento deve ser entendida a primeira sentença/decisão contida nas variáveis “Sent” e “Dec”. Se houver mais de uma, contabilizar apenas a primeira.

Em caso de processo com sentença ou acórdão anulados em 2021, o respectivo quantitativo deverá ser informado nas perguntas P2.4, passando a se enquadrar novamente nos critérios da meta. Quando ocorrer novo julgamento, o respectivo quantitativo deverá ser informado na pergunta P2.10.

Devem ser contabilizados apenas os julgamentos dos processos distribuídos na instância no período de referência.

Processos pendentes de julgamento em 31/12/2020 cujas classes processuais hajam sido extintas pelo novo Código de Processo Civil ou em virtude de qualquer outra alteração legislativa são contabilizadas na meta até a respectiva solução.

Não se incluem na meta os processos que se encontravam suspensos, sobrestados ou em

arquivamento provisório em 31/12/2020 (movimentos contidos nas hierarquias 25 e 11025) ou que não se enquadrem nos critérios da meta, para efeito do cômputo do passivo inicial (pergunta P2.1, que exige resposta única).

Aqueles que ingressarem em tal situação durante o ano de 2021 devem ser excluídos da meta por meio de sua contabilização na pergunta P2.7. Cessada a situação de suspensão, sobrestamento ou arquivamento provisório (movimentos 12067, 12068, 11002, 12066 e 893), esses processos deverão voltar a compor o passivo da meta mediante sua inclusão na pergunta P2.4.

Regras de Lançamento no Sistema de Metas

P2.1- os processos físicos e eletrônicos compreendidos no período de referência da meta para cada instância e contidos nas seguintes variáveis do Justiça em Números, excluídos os que se encontravam suspensos, sobrestados ou em arquivamento provisório em 31/12/2020:

1º grau

- Os processos das classes da variável CnC1º (Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau) que não receberam movimentos da variável SentC1º (Sentenças de Conhecimento no 1º grau)

2º grau

- Os processos das classes da variável CnO2º (Casos Novos Originários de 2º Grau) que não receberam movimentos da variável Dec2º (Decisões terminativas de processo no 2º grau)
- Os processos das classes da variável CnR2º (Casos Novos Recursais de 2º Grau) que não receberam movimentos da variável Dec2º (Decisões terminativas de processo no 2º grau)

Tribunal Superior do Trabalho

- Os processos das classes da variável CnO (Casos Novos Originários) que não receberam movimentos da variável Dec (Decisões terminativas de processo)
- Os processos das classes da variável CnR (Casos Novos Recursais) que não receberam movimentos da variável Dec (Decisões terminativas de processo)

P2.4 – Em todas as instâncias, os processos informados em P2.7 e os não informados em P2.1 (que se encontravam suspensos, sobrestados ou em arquivamento provisório em 31/12/2020) que receberam as movimentações 12067 ou 12068 (Levantamento da Suspensão ou Dessobrestamento), 11002 (Revogação da Suspensão do Processo), 12066 (Cumprimento

de Levantamento da Suspensão) ou 893 (Desarquivamento) ou que de outra forma passaram a se enquadrar nos critérios da meta, por exemplo, a ocorrência da movimentação 10966 (mudança de classe processual) em processo cuja classe originária não se enquadrava na meta e 11373 (anulação de sentença/acórdão).

P2.7 – Em todas as instâncias, os processos informados em P2.1 e P2.4 que receberam as movimentações das hierarquias 11025 (Suspensão ou Sobrestamento), 25 (Suspensão ou Sobrestamento) - inclusive o movimento 898 - ou 245 (Arquivamento provisório), as movimentações 982 ou 123 (Remessa) com os complementos 90 (declaração de competência para órgão vinculado a Tribunal diferente), 194 (na instância superior) e 38 (em grau de recurso) ou que de outra forma deixaram de se enquadrar nos critérios da meta, por exemplo, a ocorrência da movimentação 10966 (mudança de classe processual) em processo cuja classe originária se enquadrava na meta.

P2.10 – Os processos físicos e eletrônicos compreendidos no período de referência da meta para cada instância e contidos nas seguintes variáveis do Justiça em Números. Se houver mais de uma Sentença/Decisão, contabilizar apenas a primeira.

1º grau

- SentC1º – Sentenças de Conhecimento no 1º grau

2º grau

- Dec2º – Decisões terminativas de processo no 2º Grau

Tribunal Superior do Trabalho

- Dec – Decisões terminativas de processo

Observação: Para as classes processuais cujos movimentos de solução não estão contidos sob o código 193 (Julgamento) das tabelas processuais, devem-se utilizar os movimentos contidos nos ramos sob o código 3 (Decisão).

Meta 3 de 2021 – Estimular a conciliação

Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual. Cláusula de barreira: 40%.

Questionário

Id.	Perguntas	Per.	Segmento
P3.1	Quantitativo de casos solucionados por conciliação em 2018.	Única	TRTs
P3.2	Quantitativo de casos solucionados em 2018.	Única	TRTs
P3.3	Quantitativo de casos solucionados por conciliação em 2019.	Única	TRTs
P3.4	Quantitativo de casos solucionados em 2019.	Única	TRTs
P3.5	Quantitativo de casos solucionados por conciliação no mês de referência.	Mensal	TRTs
P3.6	Quantitativo de casos solucionados no mês de referência.	Mensal	TRTs

Observação: As perguntas devem ser respondidas para o 1º grau.

Critério de Cumprimento

A meta estará cumprida quando o grau de cumprimento for igual ou superior a 100% no Tribunal.

Fórmula de cálculo

- Se $\left(\frac{\frac{\sum P_{3.5}}{\sum P_{3.6}}}{\left(\frac{P_{3.1}+P_{3.3}}{P_{3.2}+P_{3.4}} \right) + 0,01} \right) * 100 \geq 100\%$, então:

$$\text{Percentual de cumprimento da meta} = \left(\frac{\frac{\sum P_{3.5}}{\sum P_{3.6}}}{\left(\frac{P_{3.1}+P_{3.3}}{P_{3.2}+P_{3.4}} \right) + 0,01} \right) * 100$$

- Se $\left(\frac{\frac{\sum P_{3.5}}{\sum P_{3.6}}}{\left(\frac{P_{3.1}+P_{3.3}}{P_{3.2}+P_{3.4}} \right) + 0,01} \right) * 100 < 100\%$ e $\frac{P_{3.5}}{P_{3.6}} \geq 0,40$, então:

$$\text{Percentual de cumprimento} = 100\%$$

- Percentual de cumprimento da meta = $\left(\frac{\frac{\sum P3.5}{\sum P3.6}}{\left(\frac{P3.1+P3.3}{P3.2+P3.4} \right) + 0,01} \right) * 100$

Esclarecimento da Meta

A meta 3 será monitorada com base em definições e parametrizações de acordo com a Resolução CNJ nº 76/2009, levando-se em conta as observações a seguir.

As expressões “caso (s)” e “processo (s)” são sinônimas, conforme a terminologia utilizada no Justiça em Números.

Para efeitos desta meta, por soluções por conciliação (P3.1, P3.3 e P3.5) deve ser entendido o somatório do número de sentenças homologatórias de acordo na fase de conhecimento na 1ª instância.

Para efeitos desta meta, por solucionados (P3.2, P3.4 e P3.6) deve ser entendido o somatório do número de sentenças proferidas na 1ª instância, incluídas as homologatórias de acordo na fase de conhecimento e excluídas as decisões de arquivamento, desistência e declaração de incompetência (movimentos 472, 473, 463 e 941).

Regras de Lançamento no Sistema de Metas

P3.1, P3.3 e P3.5 – os processos físicos e eletrônicos que receberam - nos anos de 2018 (P3.1), de 2019 (P3.3) e de 2021 (P3.5) - os movimentos contidos nas seguintes variáveis do Justiça em Números:

1º grau

- SentCH1º – Sentenças de Conhecimento Homologatórias de Acordos no 1º Grau

P3.2, P3.4 e P3.6 – os processos físicos e eletrônicos que receberam - nos anos de 2018 (P3.2), de 2019 (P3.4) e de 2021 (P3.6) - os movimentos contidos nas seguintes variáveis do Justiça em Números:

1º grau

- SentC1º – Sentenças de Conhecimento no 1º grau

Meta 5 de 2021 – Reduzir a Taxa de Congestionamento

TST: Reduzir em 1 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2020.

Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho: Reduzir em 2 pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.

Questionário

Para a Meta 5 de 2021, não serão necessários questionamentos pelo Sistema de Metas Nacionais, visto que as informações serão coletadas no Módulo de Produtividade Mensal.

Critério de Cumprimento

A meta estará cumprida se, ao final do ano, o percentual de cumprimento for maior ou igual a 100%.

Fórmula de cálculo

TRTs:

- Se $= \left(\frac{\text{TCLNFISC2019} - 0,02}{\text{TCLNFISC2021}} \right) * 100 \geq 100\%$, percentual de cumprimento = $\left(\frac{\text{TCLNFISC2019} - 0,02}{\text{TCLNFISC2021}} \right) * 100$;
- Se $= \left(\frac{\text{TCLNFISC2019} - 0,02}{\text{TCLNFISC2021}} \right) * 100 < 100\%$ e Taxa de Congestionamento Líquida de Processo de Conhecimento (TCLC) em 2021 $\leq 40\%$ e Taxa de Congestionamento Líquida de Execução Não Fiscal (TCLEXNFISC) em 2021 $\leq 65\%$, percentual de cumprimento = 100%;
- Percentual de cumprimento = $\left(\frac{\text{TCLNFISC2019} - 0,02}{\text{TCLNFISC2021}} \right) * 100$

TST:

$$\text{Percentual de cumprimento} = \left(\frac{\text{TCLNFISC2020} - 0,01}{\text{TCLNFISC2021}} \right) * 100$$

TCLNFISC – Taxa de Congestionamento Líquida Não Fiscal é calculada através da seguinte razão:

$$\frac{CP - Sus - CPExtFisc1 + SusExtFisc1}{CP - Sus - CPExtFisc1 + SusExtFisc1 + T Baix - TbaixExtFisc1}$$

Onde:

- CP = CP1 + CP2
- Sus = Sus1 + Sus2
- T Baix = T Baix1 + T Baix2
- CP1: Casos Pendentes no 1º Grau
- CP2: Casos Pendentes no 2º Grau
- Sus1: Processos Suspensos, Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º Grau
- Sus2: Processos Suspensos, Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 2º Grau
- T Baix1: Processos Baixados no 1º Grau
- T Baix2: Processos Baixados no 2º Grau
- CPExtFisc1: Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º Grau
- SUSExtFisc1: Processos Suspensos, Sobrestados ou em Arquivo Provisório de Execução Fiscal no 1º Grau
- TBAIXExtFisc1: Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau

Esclarecimento da Meta

A taxa de congestionamento mede o percentual de processos que ficaram parados sem solução, em relação ao total tramitado no período de um ano. Quanto maior o índice, mais difícil será para o tribunal em lidar com seu estoque de processos.

A taxa de congestionamento líquida, por sua vez, é calculada retirando do acervo os processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório.

Cláusula de barreira indica que o tribunal que alcançar determinado percentual ou menos no indicador, cumprirá a meta independente de redução.

Meta 6 de 2021 – Priorizar o julgamento das ações coletivas

- TST: Identificar e julgar, até 31/12/2021, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2018.

Questionário

Id.	Perguntas	Per.
P6.1	Número total de casos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2020, excluídos os que se encontravam suspensos, sobrestados ou em arquivamento provisório em 31/12/2020.	Única
P6.2	Número total de casos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2020 que entraram na meta por saírem de situação de suspensão, sobrestamento, arquivamento provisório ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência.	Mensal
P6.3	Número total de casos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2020 que saíram da meta por suspensão, sobrestamento, arquivamento provisório ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência.	Mensal
P6.4	Número total de casos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2020 que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez.	Mensal
P6.5	Número total de casos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados no PERÍODO DE REFERÊNCIA* que foram julgados até 31/12/2020.	Única

***PERÍODO DE REFERÊNCIA:**

- Até 31/12/2018: TST

Critério de cumprimento

A meta estará cumprida quando o percentual de cumprimento for igual a 100% nas instâncias e nos períodos de referência.

Fórmula de cálculo

$$= ((\Sigma P6.4 + P6.5) / (P6.1 + P6.5 + \Sigma P6.2 - \Sigma P6.3)) \times (1000/10)$$

Esclarecimento da Meta

A meta 6 será monitorada com base em definições e parametrizações de acordo com a Resolução CNJ nº 76/2009, levando-se em conta as observações a seguir.

As expressões “caso(s)” e “processo(s)” são sinônimas, conforme a terminologia utilizada no Justiça em Números.

Para efeitos desta meta, por julgamento deve ser entendida a primeira sentença / decisão contida nas variáveis “Sent” e “Dec”. Se houver mais de uma, contabilizar apenas a primeira.

Em caso de processo com sentença ou acórdão anulados em 2021, o respectivo quantitativo deverá ser informado na pergunta P6.2, passando a se enquadrar novamente nos critérios da meta. Quando ocorrer novo julgamento, o respectivo quantitativo deverá ser informado na pergunta P6.4.

Devem ser contabilizados apenas os julgamentos dos processos distribuídos na instância no período de referência.

Processos pendentes de julgamento em 31/12/2020 cujas classes processuais hajam sido extintas pelo novo Código de Processo Civil ou em virtude de qualquer outra alteração legislativa são contabilizadas na meta até a respectiva solução.

Não se incluem na meta os processos que se encontravam suspensos, sobrestados ou em arquivamento provisório em 31/12/2020 (movimentos contidos nas hierarquias 25 e 11025) ou que não se enquadrem nos critérios da meta, para efeito do cômputo do passivo inicial (pergunta P6.1, que exige resposta única).

Aqueles que ingressarem em tal situação durante o ano de 2021 devem ser excluídos da meta por meio de sua contabilização na pergunta P6.3. Cessada a situação de suspensão, sobrestamento ou arquivamento provisório (movimentos 12067, 12068, 11002, 12066 e 893), esses processos deverão voltar a compor o passivo da meta mediante sua inclusão na pergunta P6.2.

Observação: As ações ajuizadas por entidades sindicais na condição de substitutas processuais dos integrantes das respectivas categorias não devem ser computadas na Classe Processual 63 – Ação Civil Coletiva.

Regras de Lançamento no Sistema de Metas

P6.1 – os processos físicos e eletrônicos compreendidos no período de referência da meta para cada instância e contidos nas seguintes variáveis do Justiça em Números, excluídos os que se encontravam suspensos, sobrestados ou em arquivamento provisório em 31/12/2020:

Tribunal Superior do Trabalho

- Os processos das classes contidas na tabela abaixo que não receberam movimentos da variável Dec (Decisões terminativas de processo)

P6.2– Em todas as instâncias, os processos informados em P6.3 e os não informados em P6.1 (que se encontravam suspensos, sobrestados ou em arquivamento provisório em 31/12/2020) que receberam as movimentações 12067 ou 12068 (Levantamento da Suspensão ou Dessobrestamento), 11002 (Revogação da Suspensão do Processo), 12066 (Cumprimento de Levantamento da Suspensão ou Dessobrestamento) ou 893 (Desarquivamento) e processos que de outra forma passaram a se enquadrar nos critérios da meta, por exemplo, a ocorrência da movimentação 10966 (mudança de classe processual) em processo cuja classe originária não se enquadrava na meta e 11373 (anulação de sentença/acórdão).

P6.3 - Em todas as instâncias, os processos informados em P6.1 e P6.2 que receberam as movimentações das hierarquias 11025 (Suspensão ou Sobrestamento), 25 (Suspensão ou Sobrestamento) - inclusive o movimento 898 - ou 245 (Arquivamento provisório), as movimentações 982 ou 123 (Remessa) com os complementos 90 (declaração de competência para órgão vinculado a Tribunal diferente), 194 (na instância superior) e 38 (em grau de recurso) ou que de outra forma deixaram de enquadrar nos critérios da meta, por exemplo, a ocorrência da movimentação 10966 (mudança de classe processual) em processo cuja classe originária se enquadrava na meta.

P6.4 a P6.5 – os processos físicos e eletrônicos compreendidos no período de referência da meta para cada instância e contidos nas seguintes variáveis do Justiça em Números. Se houver mais de uma Sentença / Decisão, contabilizar apenas a primeira.

Tribunal Superior do Trabalho

- Dec – Decisões terminativas de processo

Observação: Para as classes processuais cujos movimentos de solução não estão contidos sob o código 193 (Julgamento) das tabelas processuais, devem-se utilizar os movimentos contidos nos ramos sob o código 3 (Decisão).

Classes Processuais aplicáveis à Meta 6 - quando o processo principal versar sobre interesse de conteúdo coletivo (assunto 12755 – Direito Coletivo)

Tribunal Superior do Trabalho

Código	Classe
221	Conflito de competência
183	Cautelar Inominada
37	Embargos de Terceiro
119	Mandado de Segurança Coletivo
11555	Suspensão de Liminar e de Sentença
11556	Suspensão de Segurança
976	Ação Anulatória de Cláusulas Convencionais
980	Ação de Cumprimento
987	Dissídio Coletivo
988	Dissídio Coletivo de Greve
1202	Reclamação
1002	Agravo de Instrumento em Recurso de Revista
1003	Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário
1004	Agravo de Petição
1008	Recurso de Revista
11882	Recurso de Revista com Agravo
1009	Recurso Ordinário Trabalhista
1685	Remessa Necessária Trabalhista
11027	Remessa Necessária / Recurso Ordinário
1269	Habeas Corpus Cível
1721	Recurso Ordinário em Mandado de Segurança
1679	Suspensão de Segurança

Meta 7 de 2021 – Priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos

TST: Identificar e reduzir em 3,7% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.

Questionário

Id.	Perguntas	Period.	Segmento
P7.3	Quantitativo de processos dos dez maiores litigantes pendentes de julgamento na instância em 31/12/2020.	Única	TST
P7.4	Quantitativo de processos dos dez maiores litigantes distribuídos na instância no mês de referência.	Mensal	TST
P7.5	Número total de processos dos dez maiores litigantes que entraram na meta por saírem de situação de suspensão, sobrestamento, arquivamento provisório ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência.	Mensal	TST
P7.6	Número total de processos dos dez maiores litigantes que saíram da meta por entrarem na situação de suspensão, sobrestamento, arquivamento provisório ou por deixarem de se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência.	Mensal	TST
P7.7	Quantitativo de processos dos dez maiores litigantes julgados na instância no mês de referência.	Mensal	TST

Critério de Cumprimento

A meta estará cumprida se, ao final do ano, o percentual de cumprimento for maior ou igual a 100%.

Fórmula de cálculo

- Se $\sum P7.7 \leq \sum P7.4 + \sum P7.5 - \sum P7.6$, então percentual de cumprimento da meta = 0%.
- Caso contrário, percentual de cumprimento = $P7.3 * 0,963 / (P7.3 + \sum P7.4 + \sum P7.5 - \sum P7.6 - \sum P7.7) * 100$,

Esclarecimento da meta

A meta 7 será monitorada com base em definições e parametrizações de acordo com a Resolução CNJ nº 76/2009, levando-se em conta as observações a seguir.

As expressões “caso(s)” e “processo(s)” são sinônimas, conforme a terminologia utilizada no Justiça em Números.

Para efeitos desta meta, por julgamento deve ser entendida a primeira sentença/decisão contida nas variáveis “Sent” e “Dec”. Se houver mais de uma, contabilizar apenas a primeira.

Em caso de processo com sentença ou acórdão anulados em 2021, o respectivo quantitativo deverá ser informado na pergunta P7.5, passando a se enquadrar novamente nos critérios da meta. Quando ocorrer novo julgamento, o respectivo quantitativo deverá ser informado na pergunta P7.7.

A meta destina-se a agilizar a tramitação com vistas ao julgamento dos processos de conhecimento nos quais seja parte pelo menos um dos dez maiores litigantes do Tribunal Superior do Trabalho. Para esse fim, o Tribunal Superior do Trabalho deverá identificar, no respectivo âmbito, as dez pessoas físicas ou jurídicas que sejam parte em maior número de processos trabalhistas pendentes de julgamento em 31/12/2021, que ocupem o polo ativo ou passivo da relação processual. Os dez maiores litigantes devem ser identificados tomando-se por base a quantidade de processos de conhecimento nos 1º e 2º graus em conjunto, de modo que haja apenas uma lista para o Tribunal. Para identificar os grandes litigantes, deve-se agrupar as empresas por CNPJ (por exemplo, juntar matriz e filiais).

Selecionados os dez maiores litigantes, o tribunal procederá à soma dos quantitativos dos processos de conhecimento dos quais tais litigantes sejam parte (observadas as classes processuais definidas neste glossário) pendentes de julgamento em 31/12/2021. O quantitativo resultante dessa soma – passivo inicial - (a ser lançado na pergunta P7.3), será a referência a partir da qual o tribunal perseguirá a redução de 2% do acervo.

Processos pendentes de julgamento em 31/12/2020 cujas classes processuais hajam sido extintas pelo novo Código de Processo Civil ou em virtude de qualquer outra alteração legislativa são contabilizadas na meta até a respectiva solução.

Não se incluem na meta os processos que se encontravam suspensos, sobrestados ou em arquivamento provisório em 31/12/2020 (movimentos contidos nas hierarquias 25 e 11025) ou que não se enquadrem nos critérios da meta, para efeito do cômputo do passivo inicial

(pergunta 7.3, que exige resposta única).

Aqueles que ingressarem em tal situação durante o ano de 2021 devem ser excluídos da meta por meio de sua contabilização na pergunta P7.6. Cessada a situação de suspensão, sobrestamento ou arquivamento provisório (movimentos 12067, 12068, 11002 e 893), esses processos deverão voltar a compor o passivo da meta mediante sua inclusão na pergunta P7.5.

Regras de Lançamento no Sistema de Metas

P7.3 – os processos físicos e eletrônicos compreendidos no período de referência da meta para cada instância e contidos nas seguintes variáveis do Justiça em Números, excluídos os que se encontravam suspensos em 31/12/2020:

Tribunal Superior do Trabalho

- Os processos das classes da variável CnO (Casos Novos Originários) que não receberam movimentos da variável Dec (Decisões terminativas de processo)
- Os processos das classes da variável CnR (Casos Novos Recursais) que não receberam movimentos da variável Dec (Decisões terminativas de processo)

P7.4 - os processos físicos e eletrônicos compreendidos no período de referência da meta para cada instância e contidos nas seguintes variáveis do Justiça em Números:

Tribunal Superior do Trabalho

- CnO – Casos Novos Originários
- CnR – Casos Novos Recursais

P7.5 – Em todas as instâncias, os processos que receberam as movimentações 12067 ou 12068 (Levantamento da Suspensão ou Dessobrestamento), 11002 (Revogação da Suspensão do Processo), 893 (Desarquivamento) ou que de outra forma passaram a se enquadrar nos critérios da meta, por exemplo, a ocorrência da movimentação 10966 (mudança de classe processual) em processo cuja classe originária não se enquadrava na meta e 11373 (anulação de sentença/acórdão).

P7.6 - Em todas as instâncias, os processos que receberam as movimentações das hierarquias 11025 (Suspensão ou Sobrestamento), 25 (Suspensão ou Sobrestamento) - inclusive o movimento 898 - ou 245 (Arquivamento provisório), as movimentações 982 ou 123 (Remessa)

com os complementos 90 (declaração de competência para órgão vinculado a Tribunal diferente), 194 (na instância superior) e 38 (em grau de recurso) ou que de outra forma deixaram de enquadrar nos critérios da meta, por exemplo, a ocorrência da movimentação 10966 (mudança de classe processual) em processo cuja classe originária se enquadrava na meta.

P7.7– os processos físicos e eletrônicos compreendidos no período de referência da meta para cada instância e contidos nas seguintes variáveis do Justiça em Números. Se houver mais de uma Sentença / Decisão, contabilizar apenas a primeira.

Tribunal Superior do Trabalho

- Dec – Decisões terminativas de processo

Observação: Para as classes processuais cujos movimentos de solução não estão contidos sob o código 193 (Julgamento) das tabelas processuais, devem-se utilizar os movimentos contidos nos ramos sob o código 3 (Decisão).

Meta 9 de 2021 – Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário

TRT's: Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030.

Questionário

Id.	Pergunta	Per.
P9.1	Número do ODS escolhido pelo o tribunal.	Única
P9.2	Número na TPU de um dos três assuntos mais demandados no tribunal correlacionado ao ODS escolhido.	Única
P9.3	O tribunal elaborou plano de ação?	Trimestral
P9.4	O tribunal enviou o plano de ação ao CNJ?	Trimestral
P9.5	Percentual de execução da ação planejada.	Trimestral

Critério de Cumprimento

A meta estará cumprida se, até o final do ano, o tribunal elaborar e encaminhar o plano de ação para um dos 3 assuntos mais demandados correlacionado ao ODS (50% da meta) e executá-lo (50% da meta).

Fórmula de cálculo

Percentual de cumprimento da meta = $(P9.3*25 + P9.4*25 + (P9.5/100)*50)$

Onde:

- P9.3 e P9.4 assumem valores de 0 (Não) ou 1 (Sim);
- P9.5 assume valores de 0 a 100 de acordo com o percentual de execução da ação;
- As perguntas P9.1 e P9.2 não serão vinculadas à fórmula da meta, apenas para identificação do ODS e assunto correlacionado.

Esclarecimento da Meta

A Agenda 2030 adotada pelos 193 Estados-Membros, inclusive o Brasil, é coordenada pelas Nações Unidas e articulada pelo PNUD. Tem 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), 169 metas e 231 indicadores globais. Mais informações podem ser acessadas por meio do link a seguir: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>

Para fins dessa meta, o tribunal deverá escolher um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS. Após a escolha do ODS, verificar na tabela em anexo “ANEXO: Meta 9 – Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário” quais são os três assuntos mais demandados (acervo até 31/12/2020) no tribunal e escolher entre um deles. Em seguida, o tribunal deverá elaborar um plano de ação voltado à prevenção ou desjudicialização do grupo de demandas escolhido e realizá-lo. O tribunal poderá utilizar modelo de plano de ação disponibilizado pelo CNJ, baseado no método 5W2H, contendo as seguintes informações:

5W:

- (What) o que será feito – Nome da Ação;
- (Why) por que será feito - Objetivos;
- (Where) onde será feito – unidade judiciária, departamento;
- (When) quando será feito - cronograma;
- (Who) por quem será feito – responsável;

2H:

- (How) Como será feito – metodologia, maneira que pretende alcançar os objetivos;
- (How much) Quanto vai custar – Recursos – custos e quantidade.

Entende-se por “desjudicialização” a ação voltada à resolução de conflitos, em sua gênese, promovendo pacificação social apta a cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Desjudicializar significa reverter a judicialização excessiva a partir da prevenção, localizando a origem do problema e encontrando soluções pacíficas por meio de técnicas de conciliação ou mediação com atores do sistema de justiça, sem que cause impacto no acesso à justiça. A palavra desjudicialização tem natureza qualitativa e não quantitativa.

O propósito é o de reverter a judicialização excessiva, não necessariamente reduzir a quantidade do acervo de processos em juízo, mediante a sua extinção ou não ajuizamento, mas identificar por meio de base de dados e pesquisa de microdados a gênese do problema e atuar na prevenção da fonte de litígios por meio da solução pacífica de conflitos, de forma inovadora, por meio do diálogo e da construção de um novo fluxo de processo, produto ou

serviço, com metas e indicadores de resultado ou impacto positivos em relação aos ODS da Agenda 2030.

*O prefixo des que precede a palavra judicialização tem sido descrito na literatura linguística como um prefixo polissêmico – apresenta tanto um significado de negação quanto de reversão nos itens lexicais a que se adjunge.

Exemplo: ODS 3 (Saúde) – Fornecimento de medicamentos – identificar os processos, o nome dos medicamentos mais judicializados e realizar plano de ação com foco a partir do medicamento mais demandado.

Para aferição da pergunta P9.4, o plano de ação deverá ser enviado ao CNJ através do e-mail meta9ods@cnj.jus.br.

Meta 10 de 2021 – Saúde de magistrados e servidores

TRT's: Realizar exames periódicos de saúde em 15% dos magistrados e 15% dos servidores e promover pelo menos uma ação com vistas a reduzir a incidência de casos de uma das cinco doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde ou de uma das cinco maiores causas de absenteísmos do ano anterior.

Questionário

Id.	Pergunta	Per.
P10.1	Quantidade de magistrados ativos no Tribunal.	Trimestral
P10.2	Quantidade de magistrados informados em P10.1 que realizaram exame periódico de saúde no ano de 2021.	Trimestral
P10.3	Quantidade de magistrados informados em P10.1 que tomaram posse no ano de 2021.	Trimestral
P10.4	Quantidade de servidores ativos no Tribunal.	Trimestral
P10.5	Quantidade de servidores informados em P10.4 que realizaram exame periódico de saúde no ano de 2021.	Trimestral
P10.6	Quantidade de servidores informados em P10.4 que tomaram posse no ano de 2021.	Trimestral
P10.7	O tribunal promoveu, no ano de 2021, pelo menos uma ação com vistas a reduzir a incidência de casos de uma das cinco doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde ou de uma das cinco maiores causas de absenteísmos do ano anterior.	Trimestral

Critério de Cumprimento

A meta estará cumprida se, ao final do ano, o percentual de magistrados e servidores que realizaram exame periódico de saúde for igual ou superior a 15%, e se o tribunal houver promovido em 2021 pelo menos uma ação com vistas a reduzir a incidência de casos de uma das cinco doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde ou de uma das cinco maiores causas de absenteísmos do ano anterior.

Fórmula de cálculo

Percentual de cumprimento da meta para magistrados = $\frac{P10.2}{(P10.1 - P1.3)} * \left(\frac{1000}{1,5}\right)$

Percentual de cumprimento da meta para servidores = $\frac{P1.5}{(P10.4 - P10.6)} * \left(\frac{1000}{1,5}\right)$

Percentual de cumprimento da meta para a realização da ação = $P10.7 * 100$,

Onde "Sim"=1 e "Não" =0.

Esclarecimento da Meta

Para efeitos da meta, não é obrigatório que o tribunal arque diretamente com os custos dos exames periódicos de saúde nem que estes sejam realizados na unidade de saúde do tribunal, sendo válidos os exames realizados externamente, mas apresentados à unidade de saúde do tribunal.

Para o cumprimento da meta, o tribunal deverá promover e estimular a realização de exames periódicos de saúde pelos respectivos magistrados e servidores, através da sensibilização de magistrados e servidores sobre a importância da preservação da saúde nos âmbitos individual e coletivo.

Também é requisito para o cumprimento da meta o desenvolvimento de pelo menos uma ação destinada a reduzir a incidência de casos de uma das cinco doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde ou de uma das cinco maiores causas de absenteísmo do ano anterior.

Para a implantação e execução desta meta observar-se-á a Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário, instituída pela Resolução CNJ nº 207, de 15 de outubro de 2015. Os tribunais poderão adotar como referência para a realização de exames periódicos de saúde o Decreto nº 6.856, de 25 de maio de 2009, que regulamenta o art. 206-A da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990 – Regime Jurídico Único dos Servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

As ações destinadas ao cumprimento da meta em relação à redução da incidência de casos de doenças ou de causas de absenteísmo poderão contemplar as ações de educação para a saúde, conforme inciso VIII, artigo 4º, da Resolução CNJ n. 207/2015.

Os exames periódicos de saúde deverão contemplar pelo menos avaliação clínica, com a aplicação pelos profissionais de saúde do princípio da integralidade, anamnese e exame físico, averiguação de hábitos de vida como atividade física ou sedentarismo (índice de massa

corpórea), uso de tabaco e álcool, medicamentos de uso contínuo e qualidade do sono (insônia, sonolência diurna, etc.).

Para efeitos desta meta, servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público de provimento efetivo ou em comissão.

Regras de Lançamento no Sistema de Metas

Na pergunta P10.1 devem ser informados, além dos magistrados que atuam no exercício da atividade jurisdicional, aqueles que estejam no exercício de atribuições de apoio à Presidência, Corregedoria e demais atividades administrativas.

Na pergunta P10.4 devem ser informados, todos os servidores que atuam no tribunal, seja em atividades relacionadas à tramitação processual, seja em atividades administrativas não relacionadas diretamente com a tramitação processual, ao final do último mês do trimestre.

Para efeitos de cumprimento da meta, será considerado o último quantitativo lançado em cada pergunta.

Para a pergunta P10.7, o tribunal deverá responder “Sim” ou “Não” em cada trimestre considerando o ano todo de 2021. Para efeitos de cumprimento da meta, será considerada a última resposta lançada.

Meta 11 de 2021 – Aumentar a tramitação dos processos de forma eletrônica

TRT's: Alcançar 100% de processos judiciais eletrônicos em relação ao acervo total.

Questionário

Id.	Pergunta	Per.
P11.1	Total de Casos Pendentes Físicos e Eletrônicos no tribunal no mês de referência.	Mensal
P11.2	Total de Casos Pendentes Eletrônicos no tribunal no mês de referência.	Mensal

Observação: As perguntas devem ser respondidas em separado para o 1º grau e para o 2º grau.

Critério de Cumprimento

A meta estará cumprida se, ao final do ano, o percentual de cumprimento for igual a 100%.

Fórmula de cálculo

$$\text{Percentual de cumprimento da Meta} = \left(\frac{P_{11.2}}{P_{11.1}} \right) * 100$$

Esclarecimento da Meta

O nível de informatização dos tribunais pode ser mensurado considerando o total de casos pendentes eletrônicos em relação ao total de casos pendentes.

ANEXO 1

Meta 9 – Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário

ODS	Código Assuntos	Assuntos
1	11848	Alimentação
	11847	Assistência Social
	11846	Moradia
	10138	Controle de Preços
	11873	Política Fundiária e da Reforma Agrária
	11412	Conflito Fundiário Coletivo Rural
	11413	Conflito Fundiário Coletivo Urbano
	10487	Habitação
	10500	Usucapião da L 6.969/1981
	10457	Usucapião Especial (Constitucional)
	10460	Usucapião Especial Coletiva
	4839	Sistema Financeiro da Habitação (Todos os Assuntos da Hierarquia)
	9757	Abandono Material
	9651	Abandono de Incapaz (art. 133)
	12010	Da lei de planejamento familiar
	9965	Abandono Material
	9975	Adoção de Adolescente
	9974	Adoção de Criança
	9972	Adoção Internacional
	9973	Adoção Nacional
	12341	Apadrinhamento de Criança ou Adolescente
	11821	Conselhos Tutelares
	11820	Entidades de Atendimento
	9969	Exploração do Trabalho Infantil

	11981	Exploração Sexual
	12007	Exploração Sexual ou Prostituição
	12002	Acolhimento Institucional
	12004	Colocação em Família Substituta
	11996	Encaminhamento aos pais ou responsável
	12003	Inclusão em programa de acolhimento familiar
	11999	Inclusão em programa de auxílio à família
	9970	Pobreza
	11414	Crime/contravenção decorrente de conflito fundiário coletivo
	3474	Abandono Material
	12008	Crimes da lei do planejamento familiar
	3391	Abandono de Incapaz
	10509	Exposição ou Abandono de Recém Nascido
	195	Direito Previdenciário (Todos os Assuntos da Hierarquia)
2	10002	Comercialização sem Restrições de Gêneros Alimentícios
	10145	PROAGRO
	10137	Política de Preço Mínimo
	10116	Agrotóxicos
	10115	Transgênicos
	11841	Política Agrícola
	10060	Merenda
	10721	Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização Agropecuária - GDAFA
	9583	Arrendamento Rural
	10501	Crédito Rural
	4794	Parceria Agrícola e/ou Pecuária
	9882	Agrotóxicos (Lei 7.802/89)
	3622	Agrotóxicos
	11848	Alimentação
	10500	Usucapião da L 6.969/1981

	9757	Abandono Material
	9651	Abandono de Incapaz (art. 133)
	12010	Da lei de planejamento familiar
	9965	Abandono Material
	9975	Adoção de Adolescente
	9974	Adoção de Criança
	9972	Adoção Internacional
	9973	Adoção Nacional
	12341	Apadrinhamento de Criança ou Adolescente
	11821	Conselhos Tutelares
	11820	Entidades de Atendimento
	9969	Exploração do Trabalho Infantil
	11981	Exploração Sexual
	12007	Exploração Sexual ou Prostituição
	12002	Acolhimento Institucional
	12004	Colocação em Família Substituta
	11996	Encaminhamento aos pais ou responsável
	12003	Inclusão em programa de acolhimento familiar
	11999	Inclusão em programa de auxílio à família
	3474	Abandono Material
	12008	Crimes da lei do planejamento familiar
	3391	Abandono de Incapaz
	10509	Exposição ou Abandono de Recém Nascido
	195	Direito Previdenciário (Todos os Assuntos da Hierarquia)
3	10016	Inspeção Fitossanitária
	10018	Inspeção Sanitária de Origem Animal
	10019	Segurança e Medicina do Trabalho
	10003	Comercialização e/Ou Utilização sem Restrições de Medicamentos
	10376	Exame de Saúde e/ou Aptidão Física

10378	Exame Piscotécnico/Psiquiátrico
11803	Conselhos
11833	Conselho da Comunidade
11835	Conselho de Direitos da Criança e Adolescente
10397	Sanitária
10400	Segurança e/ou Medicina do Trabalho
10335	Serviço Militar dos Profissionais da Saúde
10356	Assistência Médico-Hospitalar
10503	Erro Médico
10047	Residência Médica
10072	Sistema Nacional do Desporto
10270	Amamentação
10262	Doença em Pessoa da Família
10264	Gestante/Adotante/Paternidade
10275	Licença por Acidente em Serviço
10263	Tratamento da Própria Saúde
10244	Assistência à Saúde
10246	Auxílio-Natalidade
9791	Charlatanismo (art. 283)
9793	Curandeirismo (art. 284)
11971	Difusão culposa de doença ou praga
9780	Difusão de doença ou praga (art. 259)
9787	Emprego de Processo Proibido/Substância não Permitida
9794	Envenenamento de Água Potável/Substável Alimentícia ou Medicina (art. 270)
9786	Epidemia (art. 267)
9790	Exercício Ilegal da Medicina, Arte Dentária ou Farmacêutica (art. 282)
9789	Falsificação/Corrupção/Adulteração/Alteração de Produto Destinado a Fins Terapêuticos ou Medicinais

9795	Falsificação/Corrupção/Adulteração/Alteração de Substância ou Produtos Alimentícios
9796	Infração de Medida Sanitária Preventiva (art. 268)
9788	Invólucro ou Recepiente com Falsa Indicação (art. 275)
9802	Medicamento em Desacordo com Receita Médica
9797	Omissão de Notificação de Doença (art. 269)
9798	Outras Substâncias Nocivas a Saúde Pública (art. 278)
9799	Substância Destinada à Falsificação (art. 277)
11965	Uso culposo de gás tóxico ou asfixiante
9776	Uso de gás tóxico ou asfixiante
9801	Venda de Produtos ou Substância nas Condições dos Artigos 274 e 275
9652	Omissão de Socorro (art. 135)
9649	Perigo de Contágio de Moléstia Grave
9654	Perigo de Contágio Venéreo
9650	Perigo para a vida ou saúde de outrem (art. 132)
9883	Atividades Nucleares (Lei 6.453/77)
9881	Da Poluição
9886	Genética (Lei nº 8.974/95)
9900	Da lei de remoção de órgãos e tecidos
9858	De Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas (Todos os Assuntos da Hierarquia)
9869	Responsabilidade Criminal por Danos Nucleares
12001	Inclusão em programa de auxílio, orientação e tratamento a alcóolatrás e toxicômanos
12000	Requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial
9971	Uso ou Tráfico de Drogas
7775	Serviços Hospitalares
3510	Charlatanismo
3512	Curandeirismo
11958	Difusão culposa de doença ou praga

3498	Difusão de doença ou praga
3506	Emprego de Processo Proibido/Substância não Permitida
3513	Envenenamento de Água Potável/Substável Alimentícia ou Medicina
3505	Epidemia
3509	Exercício Ilegal da Medicina, Arte Dentária ou Farmacêutica
3508	Falsificação/Corrupção/Adulteração/Alteração de Produto Destinado a Fins Terapêuticos ou Medicinais
3514	Falsificação/Corrupção/Adulteração/Alteração de Substância ou Produtos Alimentícios
3515	Infração de Medida Sanitária Preventiva
3507	Invólucro ou Receptivo com Falsa Indicação
5867	Medicamento em Desacordo com Receita Médica
3516	Omissão de Notificação de Doença
3517	Outras Substâncias Nocivas a Saúde Pública
3519	Substância Destinada à Falsificação
11966	Uso culposo de gás tóxico ou asfixiante
3494	Uso de gás tóxico ou asfixiante
5866	Venda de Produtos ou Substância nas Condições dos Artigos 274 e 275
3623	Atividades Nucleares
10516	Clonagem Humana
3621	Da Poluição
3626	Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado)
10515	Prática de engenharia genética em célula germinal, zigoto ou embrião humanos
10514	Utilização de Embrião Humano em Desacordo com a Legislação
3643	Crimes da lei de remoção de órgãos e tecidos
3607	Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas (Todos os Assuntos da Hierarquia)
3609	Responsabilidade Criminal por Danos Nucleares
3392	Omissão de Socorro
3389	Perigo de Contágio de Moléstia Grave

	5911	Perigo de Contágio Venéreo
	3390	Perigo para a vida ou saúde de outrem
	11229	Periclitamento da Vida ou da Saúde (Todos os Assuntos da Hierarquia)
	9882	Agrotóxicos (Lei 7.802/89)
	3622	Agrotóxicos
	9651	Abandono de Incapaz (art. 133)
	11821	Conselhos Tutelares
	11820	Entidades de Atendimento
	12002	Acolhimento Institucional
	12004	Colocação em Família Substituta
	11996	Encaminhamento aos pais ou responsável
	12003	Inclusão em programa de acolhimento familiar
	11999	Inclusão em programa de auxílio à família
	3391	Abandono de Incapaz
	12480	Direito da Saúde (Todos os Assuntos da Hierarquia)
	10509	Exposição ou Abandono de Recém Nascido
4	10377	Curso de Formação
	10327	Curso de Formação
	10051	Ensino Fundamental e Médio
	10062	Educação Pré-Escolar
	10063	Educação Profissionalizante
	10058	Ensino Especial
	10055	Exame Nacional de Ensino Médio/ENEM
	10059	Exame Supletivo
	10054	Material Didático
	10053	Matrícula
	10052	Mensalidade
	10056	Penalidades Disciplinares
	10057	Transferência

10061	Transporte
10029	Ensino Superior
10032	Colação de Grau
10037	Colisão de Horário
10043	Criação e/ou Autorização para Funcionamento de Curso Superior
10040	Currículo Escolar
10045	Diplomas/Certificado de Conclusão do Curso
10033	Exigência de Estágio Profissionalizante
10046	Financiamento Privado da Educação e/ou Pesquisa
10031	Financiamento Público da Educação e/ou Pesquisa
10035	Frequência às Aulas
10041	Ingresso no Curso Superior
10042	Jubilamento de Aluni
10030	Matrícula
10039	Mensalidades
10044	Omissão de Entrega de Notas
10036	Penalidades Disciplinares
10050	Pós-Graduação
10048	Provão - Avaliação da Educação Superior
10049	Sistema de Cotas - Lei 10.558/2002
10034	Transferência de Estudante
10038	Vestibular
10696	Professor
10260	Licença Capacitação (Aperfeiçoamento Profissional)
10245	Assistência Pré-Escolar
10711	Gratificação de Suporte às Atividades Escolares - GSAE
10712	Gratificação por Trabalho Educacional - GTE
10724	Gratificação de Incentivo à Docência - GID
11858	Recebimento de Bolsa de Estudos

	9758	Abandono Intelectual
	9966	Abandono Intelectual
	12006	Evasão Escolar
	11998	Matrícula e frequência obrigatória em escola oficial de ensino fundamental
	7620	Estabelecimentos de Ensino
	3475	Abandono Intelectual
	11835	Conselho de Direitos da Criança e Adolescente
	10060	Merenda
	10047	Residência Médica
	9651	Abandono de Incapaz (art. 133)
	11821	Conselhos Tutelares
	11820	Entidades de Atendimento
	12002	Acolhimento Institucional
	12004	Colocação em Família Substituta
	11996	Encaminhamento aos pais ou responsável
	12003	Inclusão em programa de acolhimento familiar
	11999	Inclusão em programa de auxílio à família
	3391	Abandono de Incapaz
5	10336	Corpo Feminino
	12358	Feminicídio
	12196	Contra a Mulher
	11979	Violência Doméstica contra a Mulher
	10918	Aborto provocado por terceiro
	10919	Aborto Qualificado
	12091	Feminicídio
	12194	Contra a Mulher
	10949	Violência Doméstica contra a Mulher
6	11828	Área de Preservação Permanente
	10119	Gestão de Florestas Públicas

	11824	Recursos Hídricos
	11862	Saneamento
	10118	Unidade de Conservação da Natureza
	11827	Zona Costeira
	11826	Zoneamento Ecológico e Econômico
	10085	Água e/ou Esgoto
	10086	Recolhimento e Tratamento de Lixo
	9792	Corrupção ou Poluição de Água Potável (art. 271)
	7761	Fornecimento de Água
	3511	Corrupção ou Poluição de Água Potável
	9882	Agrotóxicos (Lei 7.802/89)
	3622	Agrotóxicos
7	10075	Energia Elétrica
	10074	Fornecimento de Gás
	7760	Fornecimento de Energia Elétrica
	9883	Atividades Nucleares (Lei 6.453/77)
	9869	Responsabilidade Criminal por Danos Nucleares
	3623	Atividades Nucleares
	3609	Responsabilidade Criminal por Danos Nucleares
8	10017	Exportação/Vedações
	10001	Comercialização sem Restrições de Produtos Industrializados
	10004	Funcionamento de Comércio de Derivados de Petróleo
	10006	Funcionamento de Estabelecimentos Empresariais
	10005	Registro de Empresa
	10021	Registro de Marcas, Patentes e Invenções
	10027	Registro de Programa de Computador
	10020	Registro de Trabalho Portuário/Órgão de Gestão de Mão-de-Obra
	10371	Reserva de Vagas para Deficientes
	10146	Proteção à Livre Concorrência

10149	Acordo de Exclusividade
10151	Atos de Concentração
10150	Cartel
10148	Preços Predatórios
10862	Proibição de Privilégio Fiscal às Empresas Públicas
10147	Venda Casada
10359	Pensão
10360	Concessão
10362	Provisória
10361	Restabelecimento
10363	Processo Administrativo Disciplinar/Sindicância
10364	Advertência/Repreensão
10365	Impedimento/Detenção/Prisão
10366	Licenciamento/Exclusão
10512	Responsabilidade Civil do Militar - Indenização ao Erário
10367	Suspensão
10342	Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão
10347	Índice da URP abril e maio/1988 DL 2.425/1988
10344	Índice da URV Lei 8.880/1994
10343	Índice de 28,86% LL 8.622/1993 e 8.627/1993
10346	Índice de 84,32% IPC março/1990
10345	Índice do IPC junho/1987
10325	Regime
10331	Adidos, Agregados e Adjuntos
10329	Estabilidade
10326	Ingresso e Concurso
10334	Promoção
10910	Transferência de Unidade
10337	Sistema Remuneratório e Benefícios

10351	Agregação
10596	Auxílio-Invalidez
10339	Férias
10338	Gratificações e Adicionais
10591	Inclusão de Dependente
10340	Indenizações Regulares
10341	Isonomia
10733	Extensão de Vantagem aos Inativos
10357	Licença Prêmio
10350	Licenças
10358	Licenciamento
10349	Reforma
10593	Remuneração Mínima
10352	Reserva Remunerada
10354	Tempo de Serviço
10353	Transferência ex-officio para reserva
10355	Transferência para reserva
11837	Comércio Ambulante
10158	FGTS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
10159	Atualização de Conta
10572	Termo de Adesão da LC 110/2001
10161	Juros Progressivos
10160	Liberação de Conta
10162	Localização de Contas
10163	PIS/PASEP
10164	Atualização de Conta
10165	Liberação de Conta
10181	Seguro Desemprego
10403	Organização Sindical

10404	Contribuição Sindical
10407	Dilação e Extensão de Base Territorial
10405	Eleições Sindicais
10408	Filiação
10406	Registro Sindical
10254	Aposentadoria
10256	Compulsória
10878	Especial
10255	Invalidez Permanente
10257	Voluntária
10695	Categorias Especiais de Servidor Público
10854	Audidores Fiscais
10877	Policiais Civis
10697	Procuradores de Órgãos/Entidades Públicos
10698	Serventuários da Justiça
10287	Jornada de Trabalho
10258	Licenças/Afastamentos
10273	Acompanhamento de Cônjuge ou Companheiro
10272	Alistamento/Serviço Eleitoral
10267	Casamento
10259	Dirigente Sindical
10271	Doação de Sangue
10274	Exercício em Outro Município
10274	Exercício em Outro Município
10265	Interesse Particular
10261	Licença-Prêmio
10700	Contagem em Dobro
10701	Pagamento em Pecúnia
10269	Luto

10266	Serviço Militar
10279	Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância
10271	Advertência
12589	Apuração de Irregularidade no Serviço Público
10280	Demissão/Exoneração
10283	Responsabilidade Civil do Servidor Público/Indenização ao Erário
10282	Suspensão
10286	Programa de Desligamento Voluntário (PDV)
10313	Reajustes de Remuneração, Proventos ou Pensão
10946	Correção Monetária de Diferenças Pagas em Atraso
10314	Índice da URV fev/1989
10318	Índice da URV Lei 8.880/1994
10703	Índice de 11,98%
10702	Índice de 3,17%
10321	Índice de 10,87% Lei 10.192/2001
10317	Índice de 28,86% Lei 8.622/1993 e 8.627/1993
10316	Índice de 45% Lei 8.237/1991
10322	Índice de 47,94% Lei 8.676/1993
10315	Índice de 84,32% março/1990
10320	Índice do IPC junho/1987
10319	Reajuste da Lei 8.270/1991
10220	Regime Estatutário
10225	Acumulação de Cargos
10231	Anistia Administrativa
11936	Cessão
11937	Desvio de Função
10227	Direito de Greve
10234	Disponibilidade/Aproveitamento
10223	Enquadramento

10222	Estabilidade
10238	Estágio Probatório
10241	Exoneração
10235	Lotação
10881	Nepotismo
10239	Nomeação
10693	Cargo em Comissão
10240	Posse e Exercício
10236	Promoção/Ascensão
11938	Provimento de Cargos
10237	Readaptação
10224	Recondução
10233	Redistribuição
10230	Regime Previdenciário
10226	Reintegração
10229	Remoção
10232	Reversão
10228	Transferência
10288	Sistema Remuneratório e Benefícios
10662	Abono de Permanência
10294	Abono Pecuniário (Art. 78 Lei 8.112/1990)
10638	Acumulação de Proventos
10730	Adicional de Desempenho
10293	Adicional de Fronteira
10303	Adicional de Horas Extras
10291	Adicional de Insalubridade
10875	Base de Cálculo
10292	Adicional de Periculosidade
10309	Adicional de Produtividade

10308	Adicional de Serviço Noturno
10731	Adicional de Sexta-Parte
10302	Adicional por Tempo de Serviço
10893	Base de Cálculo
10304	Auxílio-Alimentação
10248	Auxílio-Funeral
10247	Auxílio-Reclusão
10306	Auxílio-Transporte
10243	Complementação de Benefício/Ferrovário
10300	Data Base
10296	Descontos Indevidos
10298	Diárias e Outras Indenizações
10301	Férias
10883	Fruição/Gozo
10884	Indenização/Terço Constitucional
10290	Gratificação de Incentivo
10295	Gratificação Incorporada/Quintos e Décimos/VPNI
10310	Gratificação Natalina/13º Salário
10289	Gratificações da Lei 8.112/1990
10305	Gratificações de Atividade
10667	Gratificações Estaduais Específicas
10710	Adicional de Etapa Alimentar
10715	Gratificação Complementar de Vencimento
10707	Gratificação de Encargos Especiais - GEE
10708	Gratificação de Estímulo à Produção Individual - GEPI
10713	Gratificação de Suporte Administrativo - GASA
10709	Gratificação Estadual - AM
10714	Gratificação-Prêmio
10706	Gratificações Municipais Específicas

10718	Gratificações por Atividades Específicas
10723	Gratificação de Atividade - GATA
10858	Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia - GDACT
10857	Gratificação de Desempenho de Atividade de Seguridade Social e do Trabalho - GDASST
10722	Gratificação de Desempenho de Atividade Jurídica - GDAJ
10719	Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico Administrativa - GDATA
10720	Gratificação de Desempenho de Atividade Tributária - GDAT
10729	Gratificação de Desempenho de Função - GADF
10727	Gratificação de Inatividade
10725	Gratificação de Produção Suplmentar - GDS
10726	Gratificação Eleitoral
10728	Gratificação Extraordinária - GE
10323	Inclusão de Dependente
10311	Irredutibilidade de Vencimentos
10221	Isonomia/Equivalência Salarial
10699	Extensão de Vantagem aos Inativos
10312	Piso Salaria
10299	Plano de Classificação de Cargos
10307	Revisão Geral Anual (Mora do Executivo - inciso X, art.; 37, CF 1988)
10249	Salário-Família
10497	Subsídios
10705	Subteto Salarial
10297	Teto Salarial
10276	Tempo de Serviço
10277	Averbação/Contagem de Tempo Especial
10278	Averbação/Contagem Recíproca
9617	Espécies de Sociedade

9623	Anônima
9626	Coligadas
9624	Comnadita por Ações
9621	Comandita Simples
9618	Conta de Participação
9625	Cooperativa
9627	Dependente de Autorização
9984	Em Comum/De Fato
9629	Estrangeira
9622	Limitada
9620	Nome Coletivo
9619	Simples
5009	Mercado de Capitais
5010	Bolsa de Valores
9558	Administração Judicial
4994	Recuperação Extrajudicial
9539	Alteração de Capital
9537	Cisão
9533	Coligação
4934	Constituição
9536	Fusão
9535	Incorporação
9608	Franquia
9596	Prestação de Serviços
4813	Representação Comercial
9663	Redução a condição análoga à de escravo (art. 149)
9722	Contra a Organização do Trabalho (Todos os Assuntos da Hierarquia)
9876	Contra as Relações de Consumo
12018	Da Lei que Príbe Práticas Discriminatórias para Efeitos Trabalhistas

12016	Da Lei sobre permissão de lavra garimpeira
12012	Sobre Produção. Comércio e Transporte Clandestino de Açúcar e Alcool
9979	Trabalho do Adolescente
7752	Bancários (Todos os Assuntos da Hierarquia)
11808	Capitalização e Previdência Privada
7772	Cartão de Crédito
7619	Consórcio
7773	Financiamento de Produto
7618	Turismo
864	Direito do Trabalho (Todos os Assuntos da Hierarquia)
6201	Trabalhador Migrante ou Fronteiriço do Mercosul
6217	Funcionamento de Empresa Estrangeira
3404	Redução a condição análoga à de escravo
3445	Crimes contra a Organização do Trabalho (Todos os Assuntos da Hierarquia)
12015	Crime da Lei sobre permissão de lavra garimpeira
3616	Crimes contra as Relações de Consumo
12017	Crimes da Lei que Proíbe Práticas Discriminatórias para Efeitos Trabalhistas
12011	Crimes sobre Produção, Comércio e Transporte Clandestino de Açúcar e Alcool
10019	Segurança e Medicina do Trabalho
10003	Comercialização e/Ou Utilização sem Restrições de Medicamentos
10002	Comercialização sem Restrições de Gêneros Alimentícios
11803	Conselhos
11833	Conselho da Comunidade
10400	Segurança e/ou Medicina do Trabalho
10336	Corpo Feminino
10356	Assistência Médico-Hospitalar
10696	Professor

	10270	Amamentação
	10262	Doença em Pessoa da Família
	10264	Gestante/Adotante/Paternidade
	10260	Licença Capacitação (Aperfeiçoamento Profissional)
	10275	Licença por Acidente em Serviço
	10263	Tratamento da Própria Saúde
	10244	Assistência à Saúde
	10245	Assistência Pré-Escolar
	10246	Auxílio-Natalidade
	10711	Gratificação de Suporte às Atividades Escolares - GSAE
	10712	Gratificação por Trabalho Educacional - GTE
	10721	Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização Agropecuária - GDAFA
	10724	Gratificação de Incentivo à Docência - GID
	11858	Recebimento de Bolsa de Estudos
	10457	Usucapião Especial (Constitucional)
	10460	Usucapião Especial Coletiva
	9583	Arrendamento Rural
	10501	Crédito Rural
	4794	Parceria Agrícola e/ou Pecuária
	11835	Conselho de Direitos da Criança e Adolescente
	10500	Usucapião da L 6.969/1981
	9969	Exploração do Trabalho Infantil
	11981	Exploração Sexual
	12007	Exploração Sexual ou Prostituição
	195	Direito Previdenciário (Todos os Assuntos da Hierarquia)
9	10106	Recursos Minerais
	11822	Mineração
	10178	Cooperativas de Crédito
	10080	Telefonia

	10077	Transporte Aéreo - Aeroporto
	10081	Transporte Aquaviário
	10076	Transporte Terrestre
	4670	Desenho Industrial
	4680	Marca
	4660	Patente
	10499	Programa de Computador
	9848	Contra a Propriedade Industrial (Todos os Assuntos da Hierarquia)
	12020	Da lei de Proteção à Propriedade Intelectual de Programa de Computador
	3438	Crimes contra a Propriedade Industrial (Todos os Assuntos da Hierarquia)
	12019	Crimes da lei de Proteção à Propriedade Intelectual de Programa de Computador
	10017	Exportação/Vedações
	10001	Comercialização sem Restrições de Produtos Industrializados
	10004	Funcionamento de Comércio de Derivados de Petróleo
	10146	Proteção à Livre Concorrência
	10149	Acordo de Exclusividade
	10151	Atos de Concentração
	10150	Cartel
	10148	Preços Predatórios
	10862	Proibição de Privilégio Fiscal às Empresas Públicas
	10147	Venda Casada
	10046	Financiamento Privado da Educação e/ou Pesquisa
	10031	Financiamento Público da Educação e/ou Pesquisaa
	10858	Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia - GDACT
	10003	Comercialização e/Ou Utilização sem Restrições de Medicamentos
10	11908	Reserva de Vagas
	10102	Terras Indígenas
	10105	Demarcação

10104	Restituição de Área - FUNAI
10103	Terreno Aldeado
9989	Direitos Indígenas
11844	Minorias Étnicas
11849	Não Discriminação
11842	Pessoa Idosa
11843	Pessoas com Deficiência
10174	Instituições Financeiras
10175	Liberação de Depósitos de Instituição Liquidanda
10179	Liquidação Extrajudicial
10176	Normatizações
10177	Remuneração de Ativos Retidos
11931	Gratuidade
7656	União Estável ou Concubinato
7677	Reconhecimento/Dissolução
7672	União Homoafetiva
4728	Câmbio
9585	Cartão de Crédito
9607	Contratos Bancários
9759	Entrega de Filho Menor a Pessoa Inidônea
9856	Contra a Economia Popular
9875	Contra a Ordem Econômica
9896	Contra o Mercado de Capitais
9872	Contra o Sistema Financeiro Nacional
9897	Do genocídio
9895	Estatuto da Criança e do Adolescente
9909	Estatuto do Idoso
9901	Praticados contra os índios e a cultura indígena
9873	Resultante de Preconceito de Raça ou de Cor

12090	Perda ou Modificação de Guarda
6197	Estrangeiro
6198	Admissão/Entrada/Permanência/Saída
6199	Asilo
6200	Livre Trânsito Mercosul
6192	Naturalidade (Todos os Assuntos da Hierarquia)
6202	Proteção Internacional a Direitos Humanos
10950	Crime/Contravenção contra Criança/Adolescente
10951	Crime/Contravenção contra Idoso
3476	Entrega de Filho Menor a Pessoa Inidônea
3605	Crimes Contra a Economia Popular
3615	Crimes contra a Ordem Econômica
3638	Crimes contra o Mercado de Capitais
3612	Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional
11410	Crimes contra portadores de deficiência
3640	Crimes de genocídio
3647	Crimes praticados contra os índios e a cultura indígena
3613	Crimes resultante de Preconceito de Raça ou de Cor
12217	Terrorismo
11266	Genocídio (Todos os Assuntos da Hierarquia)
10384	Condições Especiais para Prestação de Prova
10371	Reserva de Vagas para Deficientes
11832	Conselho do Idoso
11834	Conselho sobre Drogas
10138	Controle de Preços
10178	Cooperativas de Crédito
11873	Política Fundiária e da Reforma Agrária
10058	Ensino Especial
10049	Sistema de Cotas - Lei 10.558/2002

10237	Readaptação
10247	Auxílio-Reclusão
5009	Mercado de Capitais
5010	Bolsa de Valores
4839	Sistema Financeiro da Habitação (Todos os Assuntos da Hierarquia)
9758	Abandono Intelectual
12018	Da Lei que Proíbe Práticas Discriminatórias para Efeitos Trabalhistas
9966	Abandono Intelectual
11998	Matrícula e frequência obrigatória em escola oficial de ensino fundamental
9970	Pobreza
6201	Trabalhador Migrante ou Fronteiriço do Mercosul
3475	Abandono Intelectual
12017	Crimes da Lei que Proíbe Práticas Discriminatórias para Efeitos Trabalhistas
10017	Exportação/Vedações
11803	Conselhos
11833	Conselho da Comunidade
10501	Crédito Rural
9757	Abandono Material
12010	Da lei de planejamento familiar
9965	Abandono Material
9975	Adoção de Adolescente
9974	Adoção de Criança
9972	Adoção Internacional
9973	Adoção Nacional
12341	Apadrinhamento de Criança ou Adolescente
3474	Abandono Material
12008	Crimes da lei do planejamento familiar
11835	Conselho de Direitos da Criança e Adolescente

	9969	Exploração do Trabalho Infantil
	11981	Exploração Sexual
	12007	Exploração Sexual ou Prostituição
	195	Direito Previdenciário (Todos os Assuntos da Hierarquia)
	11821	Conselhos Tutelares
	11820	Entidades de Atendimento
	12002	Acolhimento Institucional
	12004	Colocação em Família Substituta
	11996	Encaminhamento aos pais ou responsável
	12003	Inclusão em programa de acolhimento familiar
	11999	Inclusão em programa de auxílio à família
11	10010	Ato Lesivo ao Patrimônio Artístico, Estético, Histórico ou Turístico
	11831	Controle Externo da Atividade Policial
	10109	Ordenação da Cidade/Plano Diretor
	10108	Patrimônio Histórico/Tombamento
	10139	Controle de Abastecimento
	11830	Patrimônio Cultural
	10111	Revogação/Concessão de Licença Ambiental
	11802	Ordem Urbanística
	11838	Operações Urbanas Consorciadas
	11836	Parcelamento do Solo
	11840	Segurança em Edificações
	10930	Município
	10931	Criação
	10932	Desmembramento
	9994	Indenização por Dano Ambiental
	10905	Passe Livre em Transporte
	10461	Direito de Vizinhança
	10483	Servidão

10438	Dano Ambiental
9740	Contra a Dignidade Sexual (Todos os Assuntos da Hierarquia)
9755	Contra a Família
9770	Crime contra o Pátrio-Poder e Tutela (Todos os Assuntos da Hierarquia)
9756	Crimes contra a Assistência Familiar
9773	Contra a Incolumidade Pública
9784	Atentado contra a segurança de serviços de utilidade pública (art. 265)
9782	Atentado contra a segurança de transporte público
9778	Desabamento ou Desmoronamento (art. 256)
1170	Desabamento ou Desmoronamento Culposo
9781	Desastre Ferroviário/Perigo de Desastre Ferroviário
11973	Desastre ferroviário culposo
9775	Explosão
11964	Explosão Culposa
9800	Fabrico/Fornecimento/Aquisição/Posse ou Transporte de Explosivos ou Gás Tóxico ou Asfixiante
9774	Incêndio
11962	Incêndio Culposo
9785	Interrupção/Perturbação de Serviços Telegráficos/Telefônicos (art. 266)
9777	Inundação/Perigo de Inundação
11968	Inundação Culposa
9779	Subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento (art. 257)
9664	Contra a Inviabilidade de Domicílio (Todos os Assuntos da Hierarquia)
9659	Contra a Liberdade Pessoal
9661	Ameaça (art. 147)
9660	Constrangimento Ilegal (art. 146)
9662	Sequestro e cárcere privado (art. 148)
9803	Contra a Paz Pública (Todos os Assuntos da Hierarquia)
12131	Homicídio Agravado pelo Extermínio de Seres Humanos
9637	Homicídio Privilegiado

9638	Homicídio Qualificado
9636	Homicídio Simples
9639	Induzimento, Instigação ou Auxílio ao Suicídio
9640	Infanticídio
9674	Contra o Patrimônio (Todos os Assuntos da Hierarquia)
9734	Contra o Sentimento Religioso e Contra o Respeito aos Mortos (Todos os Assuntos da Hierarquia)
9914	Contravenções Penais
9641	Lesões Corporais
9647	Decorrente de Violência Doméstica
12197	Contra Pessoas não Identificadas como Mulher
9644	Grave
9645	Gravíssima
9642	Leve
9646	Privilegiada
9643	Seguida de Morte
9648	Periclitação da Vida e da Saúde e Rixa
9653	Rixa (art. 137)
9871	Contra a Segurança Nacional, a Ordem Política e Social
11779	Contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural
9891	De Tortura
9892	De Trânsito
9893	Do Sistema Nacional de Armas
9910	Parcelamento do Solo Urbano
9890	Previstos na Lei de Estrangeiros
11896	Previstos no Estatuto do Torcedor
9968	Abuso Sexual
9977	Entrada e Permanência de Menores
9967	Maus Tratos
11818	Medidas de Proteção

11997	Orientação e Acompanhamento Temporário
12005	Outras Medidas de Proteção
1156	Direito do Consumidor
11974	Cláusulas Abusivas
11868	Combustíveis e Derivados
7771	Contratos de Consumo
11861	Combustíveis e Derivados
11860	Produto Impróprio
7621	Seguro
7774	Serviços Profissionais
7617	Telefonia (Todos os Assuntos da Hierarquia)
4862	Transporte Aéreo (Todos os Assuntos da Hierarquia)
11809	Transporte Aquaviário
7776	Transporte Terrestre (Todos os Assuntos da Hierarquia)
118140	Dever de Informação
11864	Irregularidade no Atendimento
11866	Jogos/Sorteios/Promoções Comerciais
11812	Oferta e Publicidade
6220	Responsabilidade do Fornecedor (Todos os Assuntos da Hierarquia)
11865	Vendas Casadas
10921	Restituição de Criança, Convenção de Haia 1980
3692	Contravenções Penais (Todos os Assuntos da Hierarquia)
3463	Crimes contra a Dignidade Sexual (Todos os Assuntos da Hierarquia)
3472	Crimes contra a Família
3488	Crime contra o Pátrio-Poder e Tutela (Todos os Assuntos da Hierarquia)
3473	Crimes contra a Assistência Familiar
3491	Crimes contra a Incolumidade Pública
3503	Atentado contra a segurança de serviços de utilidade pública
3501	Atentado contra a segurança de transporte público

3496	Desabamento ou Desmoronamento
11969	Desabamento ou Desmoronamento Culposo
3500	Desastre Ferroviário/Perigo de Desastre Ferroviário
11972	Desastre ferroviário culposo
3493	Explosão
11963	Explosão Culposa
5862	Fabrico/Fornecimento/Aquisição/Posse ou Transporte de Explosivos ou Gás Tóxico ou Asfixiante
3492	Incêndio
11961	Incêndio Culposo
3504	Interrupção/Perturbação de Serviços Telegráficos/Telefônicos
3495	Inundação/Perigo de Inundação
11967	Inundação Culposa
3497	Subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento
3405	Crimes contra a Inviabilidade de Domicílio (Todos os Assuntos da Hierarquia)
3400	Crimes contra a Liberdade Pessoal
3402	Ameaça
3401	Constrangimento Ilegal
3403	Sequestro e cárcere privado
3520	Crimes contra a Paz Pública (Todos os Assuntos da Hierarquia)
12130	Homicídio Agravado pelo Extermínio de Seres Humanos
3371	Homicídio Privilegiado
3372	Homicídio Qualificado
3370	Homicídio Simples
3373	Induzimento, Instigação ou Auxílio ao Suicídio
3375	Infanticídio
3415	Crimes contra o Patrimônio (Todos os Assuntos da Hierarquia)
3457	Crimes contra o Sentimento Religioso e Contra o Respeito aos Mortos (Todos os Assuntos da Hierarquia)

3611	Crimes contra a Segurança Nacional, a Ordem Política e Social
11780	Crimes contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural
3631	Crimes de Tortura
3632	Crimes de Trânsito
3633	Crimes do Sistema Nacional de Armas
10833	Estelionato
10840	Homicídio
10834	Incêndio
10852	Latrocínio
10841	Lesões Corporais (Todos os Assuntos da Hierarquia)
10832	Roubo (Todos os Assuntos da Hierarquia)
3630	Crimes previstos na Lei de Estrangeiros
3637	Crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente
3659	Crimes previstos no Estatuto do Idoso
11895	Crimes previstos no Estatuto do Torcedor
3660	Parcelamento do Solo Urbano
3385	Lesão Corporal
5560	Decorrente de Violência Doméstica
12195	Contra Pessoas não Identificadas como Mulher
5556	Grave
5557	Gravíssima
3386	Leve
5558	Privilegiada
3387	Seguida de Morte
10613	Excludentes (Todos os Assuntos da Hierarquia)
10612	Tipicidade (Todos os Assuntos da Hierarquia)
3388	Periclitacão da Vida e da Saúde e Rixa
10508	Maus Tratos
3393	Rixa

11070	Crime em Tempo de Guerra
11253	Ameaça
11254	Constrangimento Ilegal
11255	Desafio para Duelo
11257	Sequestro e cárcere privado
11259	Violação de Domicílio
11255	Crimes Sexuais (Todos os Assuntos da Hierarquia)
11227	Homicídio (Todos os Assuntos da Hierarquia)
11228	Lesão Corporal e Rixa (Todos os Assuntos da Hierarquia)
11230	Ultraje Público ao Pudor
11076	Crimes contra a Segurança Externa do País (Todos os Assuntos da Hierarquia)
11077	Crimes contra a Incolumidade Pública (Todos os Assuntos da Hierarquia)
11078	Crimes contra o Patrimônio (Todos os Assuntos da Hierarquia)
11083	Excludentes (Todos os Assuntos da Hierarquia)
11085	Livramento Condicional
11088	Tipicidade (Todos os Assuntos da Hierarquia)
12467	Questões de Alta Complexidade, Grande Impacto e Repercussão (Todos os Assuntos da Hierarquia)
11846	Moradia
11862	Saneamento
11827	Zona Costeira
11826	Zoneamento Ecológico e Econômico
11837	Comércio Ambulante
10086	Recolhimento e Tratamento de Lixo
10076	Transporte Terrestre
10061	Transporte
10072	Sistema Nacional do Desporto
11412	Conflito Fundiário Coletivo Rural
11413	Conflito Fundiário Coletivo Urbano

10487	Habitação
9759	Entrega de Filho Menor a Pessoa Inidônea
9791	Charlatanismo (art. 283)
9792	Corrupção ou Poluição de Água Potável (art. 271)
9793	Curandeirismo (art. 284)
11971	Difusão culposa de doença ou praga
9780	Difusão de doença ou praga (art. 259)
9787	Emprego de Processo Proibido/Substância não Permitida
9794	Envenenamento de Água Potável/Substância Alimentícia ou Medicina (art. 270)
9786	Epidemia (art. 267)
9790	Exercício Ilegal da Medicina, Arte Dentária ou Farmacêutica (art. 282)
9789	Falsificação/Corrupção/Adulteração/Alteração de Produto Destinado a Fins Terapêuticos ou Medicinais
9795	Falsificação/Corrupção/Adulteração/Alteração de Substância ou Produtos Alimentícios
9796	Infração de Medida Sanitária Preventiva (art. 268)
9788	Invólucro ou Recepiente com Falsa Indicação (art. 275)
9797	Omissão de Notificação de Doença (art. 269)
9798	Outras Substâncias Nocivas a Saúde Pública (art. 278)
9799	Substância Destinada à Falsificação (art. 277)
11965	Uso culposo de gás tóxico ou asfixiante
9776	Uso de gás tóxico ou asfixiante
9801	Venda de Produtos ou Substância nas Condições dos Artigos 274 e 275
9663	Redução a condição análoga à de escravo (art. 149)
9722	Contra a Organização do Trabalho (Todos os Assuntos da Hierarquia)
12358	Feminicídio
12196	Contra a Mulher
9652	Omissão de Socorro (art. 135)
9649	Perigo de Contágio de Moléstia Grave

9654	Perigo de Contágio Venéreo
9650	Perigo para a vida ou saúde de outrem (art. 132)
9881	Da Poluição
9897	Do genocídio
9858	De Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas (Todos os Assuntos da Hierarquia)
9895	Estatuto da Criança e do Adolescente
9909	Estatuto do Idoso
9873	Resultante de Preconceito de Raça ou de Cor
11979	Violência Doméstica contra a Mulher
12001	Inclusão em programa de auxílio, orientação e tratamento a alcóolatas e toxicômanos
12000	Requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial
12090	Perda ou Modificação de Guarda
9979	Trabalho do Adolescente
9971	Uso ou Tráfico de Drogas
7752	Bancários (Todos os Assuntos da Hierarquia)
11808	Capitalização e Previdência Privada
7772	Cartão de Crédito
7619	Consórcio
7620	Estabelecimentos de Ensino
7773	Financiamento de Produto
7761	Fornecimento de Água
7760	Fornecimento de Energia Elétrica
7775	Serviços Hospitalares
7618	Turismo
6192	Naturalidade (Todos os Assuntos da Hierarquia)
6202	Proteção Internacional a Direitos Humanos
10950	Crime/Contravenção contra Criança/Adolescente

10951	Crime/Contravenção contra Idoso
11414	Crime/contravenção decorrente de conflito fundiário coletivo
3476	Entrega de Filho Menor a Pessoa Inidônea
3510	Charlatanismo
3511	Corrupção ou Poluição de Água Potável
3512	Curandeirismo
11958	Difusão culposa de doença ou praga
3498	Difusão de doença ou praga
3506	Emprego de Processo Proibido/Substância não Permitida
3513	Envenenamento de Água Potável/Substável Alimentícia ou Medicina
3505	Epidemia
3509	Exercício Ilegal da Medicina, Arte Dentária ou Farmacêutica
3508	Falsificação/Corrupção/Adulteração/Alteração de Produto Destinado a Fins Terapêuticos ou Medicinais
3514	Falsificação/Corrupção/Adulteração/Alteração de Substância ou Produtos Alimentícios
3515	Infração de Medida Sanitária Preventiva
3507	Invólucro ou Receptivo com Falsa Indicação
3516	Omissão de Notificação de Doença
3517	Outras Substâncias Nocivas a Saúde Pública
3519	Substância Destinada à Falsificação
11966	Uso culposo de gás tóxico ou asfixiante
3494	Uso de gás tóxico ou asfixiante
5866	Venda de Produtos ou Substância nas Condições dos Artigos 274 e 275
3404	Redução a condição análoga à de escravo
3445	Crimes contra a Organização do Trabalho (Todos os Assuntos da Hierarquia)
12091	Feminicídio
3621	Da Poluição
11410	Crimes contra portadores de deficiência

3640	Crimes de genocídio
3607	Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas (Todos os Assuntos da Hierarquia)
3613	Crimes resultante de Preconceito de Raça ou de Cor
12194	Contra a Mulher
3392	Omissão de Socorro
3389	Perigo de Contágio de Moléstia Grave
5911	Perigo de Contágio Venéreo
3390	Perigo para a vida ou saúde de outrem
12217	Terrorismo
10949	Violência Doméstica contra a Mulher
11266	Genocídio (Todos os Assuntos da Hierarquia)
11229	Periclitamento da Vida ou da Saúde (Todos os Assuntos da Hierarquia)
10371	Reserva de Vagas para Deficientes
11832	Conselho do Idoso
11834	Conselho sobre Drogas
10460	Usucapião Especial Coletiva
9758	Abandono Intelectual
9869	Responsabilidade Criminal por Danos Nucleares
9966	Abandono Intelectual
11998	Matrícula e frequência obrigatória em escola oficial de ensino fundamental
9970	Pobreza
3475	Abandono Intelectual
3609	Responsabilidade Criminal por Danos Nucleares
11803	Conselhos
11833	Conselho da Comunidade
9757	Abandono Material
12010	Da lei de planejamento familiar
9965	Abandono Material

	9975	Adoção de Adolescente
	9974	Adoção de Criança
	9972	Adoção Internacional
	9973	Adoção Nacional
	12341	Apadrinhamento de Criança ou Adolescente
	3474	Abandono Material
	12008	Crimes da lei do planejamento familiar
	10509	Exposição ou Abandono de Recém Nascido
	11835	Conselho de Direitos da Criança e Adolescente
	9651	Abandono de Incapaz (art. 133)
	9969	Exploração do Trabalho Infantil
	11981	Exploração Sexual
	12007	Exploração Sexual ou Prostituição
	3391	Abandono de Incapaz
	11821	Conselhos Tutelares
	11820	Entidades de Atendimento
	12002	Acolhimento Institucional
	12004	Colocação em Família Substituta
	11996	Encaminhamento aos pais ou responsável
	12003	Inclusão em programa de acolhimento familiar
	11999	Inclusão em programa de auxílio à família
12	10114	Fauna
	10113	Flora
	11825	Poluição
	11829	Produtos Controlados/Perigosos
	11823	Reserva Legal
	10112	Revogação/Anulação de Multa Ambiental
	9878	Contra o Meio Ambiente
	9884	Caça (Lei nº 5.197/67)

9879	Contra a Fauna
9880	Contra a Flora
9887	Pesca (Lei nº 5.197/67, Lei nº 7.643/87, Lei 7.679/88, DL 221/67)
3618	Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético
3624	Caça
10986	Crime contra a administração ambiental
3619	Crimes contra a Fauna
3620	Crimes contra a Flora
3627	Pesca
10106	Recursos Minerais
10145	PROAGRO
10116	Agrotóxicos
11828	Área de Preservação Permanente
10119	Gestão de Florestas Públicas
11822	Mineração
11824	Recursos Hídricos
10111	Revogação/Concessão de Licença Ambiental
10118	Unidade de Conservação da Natureza
11841	Política Agrícola
11779	Contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural
9886	Genética (Lei nº 8.974/95)
12016	Da Lei sobre permissão de lavra garimpeira
12015	Crime da Lei sobre permissão de lavra garimpeira
10516	Clonagem Humana
11780	Crimes contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural
3626	Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado)
10515	Prática de engenharia genética em célula germinal, zigoto ou embrião humanos
10514	Utilização de Embrião Humano em Desacordo com a Legislação
10002	Comercialização sem Restrições de Gêneros Alimentícios

	10001	Comercialização sem Restrições de Produtos Industrializados
	10004	Funcionamento de Comércio de Derivados de Petróleo
	11848	Alimentação
	11827	Zona Costeira
	11826	Zoneamento Ecológico e Econômico
	9883	Atividades Nucleares (lei 6.453/77)
	9881	Da Poluição
	7618	Turismo
	3623	Atividades Nucleares
	3621	Da Poluição
	10017	Exportação/Vedações
	10003	Comercialização e/Ou Utilização sem Restrições de Medicamentos
	9882	Agrotóxicos (Lei 7.802/89)
	9869	Responsabilidade Criminal por Danos Nucleares
	3622	Agrotóxicos
	3609	Responsabilidade Criminal por Danos Nucleares
13	10004	Funcionamento de Comércio de Derivados de Petróleo
14	10095	Águas Públicas
	10114	Fauna
	9879	Contra a Fauna
	9887	Pesca (Lei nº 5.197/67, Lei nº 7.643/87, Lei 7.679/88, DL 221/67)
	3619	Crimes contra a Fauna
	3627	Pesca
	11828	Área de Preservação Permanente
	10119	Gestão de Florestas Públicas
	10118	Unidade de Conservação da Natureza
	11827	Zona Costeira
	11826	Zoneamento Ecológico e Econômico
	10004	Funcionamento de Comércio de Derivados de Petróleo

	9882	Agrotóxicos (Lei 7.802/89)
	3622	Agrotóxicos
15	10113	Flora
	9884	Caça (Lei nº 5.197/67)
	9880	Contra a Flora
	3624	Caça
	3620	Crimes contra a Flora
	10114	Fauna
	9879	Contra a Fauna
	3619	Crimes contra a Fauna
	11828	Área de Preservação Permanente
	10119	Gestão de Florestas Públicas
	10118	Unidade de Conservação da Natureza
	11827	Zona Costeira
	11826	Zoneamento Ecológico e Econômico
	10004	Funcionamento de Comércio de Derivados de Petróleo
	9882	Agrotóxicos (Lei 7.802/89)
	3622	Agrotóxicos
16	Todos os Assuntos Existentes nas TPUs	
17	10017	Exportação/Vedações
	6191	Direito Internacional
	6219	Contratos Internacionais
	6203	Cooperação Internacional
	6206	Auxílio Direto
	6207	Mercosul
	9595	Laudo Arbitral Internacional
	6213	Normas do Mercosul
	6218	Pessoa Jurídica Estrangeira
	6216	Prestação de Alimentos

6215	Sucessão de Bens de Estrangeiro
6212	Tratado Internacional
10921	Restituição de Criança, Convenção de Haia 1980
6197	Estrangeiro
6198	Admissão/Entrada/Permanência/Saída
6199	Asilo
6200	Livre Trânsito Mercosul
6217	Funcionamento de Empresa Estrangeira
6201	Trabalhador Migrante ou Fronteiriço do Mercosul
6192	Naturalidade (Todos os Assuntos da Hierarquia)
6202	Proteção Internacional a Direitos Humanos